

RECURSO ESPECIAL Nº 1.867.951 - DF (2020/0068310-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : SÉRGIO ROGÉRIO MACHADO DA SILVA
ADVOGADO : CLÓVIS POLO MARTINEZ - DF012701
RECORRENTE : LORENZETTI S/A INDÚSTRIAS BRASILEIRAS
ELETROMETALÚRGICAS
RECORRENTE : ODILA ALONSO
ADVOGADO : CLITO FORNACIARI JÚNIOR - SP040564
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SÉRGIO ROGÉRIO MACHADO DA SILVA contra acórdão prolatado, por maioria, pela Quinta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em sede de apelação, assim ementado (e-STJ fls. 881/882):

CIVIL. PROCESSO CIVIL. COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRESCRIÇÃO. ESTATUTO DA OAB. PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. PAGAMENTO POR ATOS. NÃO COMPROVAÇÃO. DIVISÃO DOS HONORÁRIOS. CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA.

1. Conforme o artigo 25, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB), é quinquenal o prazo de cobrança de honorários advocatícios e, em se tratando de relação cliente advogado, tem como termo inicial o trânsito em julgado da sentença.
2. Tem direito aos honorários sucumbenciais o advogado que atuou no processo, tendo recebido poderes para tanto por meio de substabelecimento, ainda que não tenha celebrado contrato diretamente com a parte.
3. Não havendo nos autos elementos que comprovem a representação processual do advogado com pagamento mensal ou apenas por atos, deve ser considerado como patrono constituído, tendo direito ao recebimento de metade dos honorários advocatícios sucumbenciais.
4. Preliminar de prescrição rejeitada. Apelações conhecidas e providas.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos (e-STJ fls. 962/969), consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (e-STJ fl. 963):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. FORMA DE CONDENAÇÃO DAS PARTES. RESTITUIÇÃO DE HONORÁRIOS. OCORRÊNCIA. MODIFICAÇÃO DE POSICIONAMENTO. POSSIBILIDADE.

1. A mera irresignação da parte com a decisão proferida não gera o direito à alteração do julgado por meio dos embargos de declaração, os quais somente devem ser acolhidos diante de concretas omissões, contradições ou obscuridades.

2. É possível a qualquer dos membros do colegiado alterar o voto até a proclamação do resultado, sem que configure divergência ou nulidade de julgamento.

3. São cabíveis Embargos de Declaração para aclarar parte do julgado. Não sendo realizado o repasse dos honorários sucumbenciais a um dos advogados que atuou no feito, é solidária a responsabilidade tanto da empresa quanto da advogada que levantou os valores.

4. Embargos de declaração das apeladas/requeridas conhecidos e rejeitados. Embargos de declaração do apelante/requerente conhecido e acolhidos, sem efeitos infringentes.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação ao artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 (e-STJ fls. 974/990).

Alega, em síntese, que o valor arbitrado para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não observou as balizas legais e fez indevido uso da equidade, uma vez que a causa possui claro proveito econômico.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 1.022/1.028).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 1.038/1.039).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, no presente caso, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Não assiste razão ao recorrente.

De início, cabe ressaltar que o valor da causa foi fixado em R\$ 2.893.379,85 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), conforme petição de ação de cobrança (e-STJ fls. 8/13).

De outra parte, observo que o Tribunal de origem arbitrou os honorários advocatícios, nos seguintes termos (e-STJ fls. 922/923):

[...]

Assim, reputo devida a divisão equivalente dos honorários advocatícios de sucumbência, de forma que ao Autor/Apelante seja devida metade dos honorários advocatícios de sucumbência levantados pela Ré ODILA ALONSO.

Com essas considerações, dou parcial provimento aos recursos de Apelação interpostos pelo Autor para, reformando em parte as sentenças proferidas nos Feitos nº 2014.01.1.074448-8 e 2014.01.1.074439-0, julgar procedentes os pedidos formulados na inicial, determinando à Ré ODILA ALONSO que restitua ao Autor a importância de 50% (cinquenta por cento) dos honorários advocatícios de sucumbência levantados referentes aos Feitos nº 1998.01.1.015886-8 e 1998.01.1.015885-0. Todavia, persiste a improcedência da pretensão inicial, com resolução de mérito, em relação à Ré LORENZETTI S/A - INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ELETROMETALÚRGICAS, tendo em vista a sua ilegitimidade passiva *ad causam*.

Diante do provimento jurisdicional concedido, a sucumbência deve ser invertida.

Em primeiro lugar, ante a sucumbência do Autor em relação à Ré LORENZETTI S/A, estabeleço que aquele deverá arcar com os honorários advocatícios de sucumbência em favor desta última, os quais arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do §§ 2º e 6º do artigo 85 do CPC.

Em segundo lugar, ante a sucumbência da Ré ODILA ALONSO em relação ao Autor, condenou aquela a arcar com as custas processuais e os honorários advocatícios de sucumbência em favor deste último, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do § 2º do artigo 85 do CPC.

[...] (sem destaques no original).

Portanto, rever tais fundamentos do acórdão recorrido demandaria a

alteração das premissas fático-probatórias dos autos, mediante o reexame de provas, procedimento vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1. MAJORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA SENTENÇA SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. IMPOSSIBILIDADE. IRRISORIEDADE NÃO CARACTERIZADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. 2. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. 3. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O redimensionamento de verba honorária exige o revolvimento de fatos e provas dos autos, providência esta vedada no especial, em virtude do óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, compreensão relativizada apenas quando o valor fixado se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na hipótese dos autos.

2. Com efeito, a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou improvido.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.250.073/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 18/5/2018).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA EMBARGADA.

1. Este Superior Tribunal possui entendimento firmado no sentido de que rever a proporção de vitória/derrota das partes na demanda, para aferir a sucumbência recíproca ou mínima, bem como a impossibilidade de condenação em custas e honorários advocatícios de sucumbência, ante o princípio da causalidade, implica em revisão de matéria fática e probatória, providência inviável de ser adotada, em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

[...]

3. Em relação ao pedido formulado pela parte agravada em sua

Superior Tribunal de Justiça

impugnação, registra-se que a Segunda Seção dessa Corte, por ocasião do julgamento do AgInt nos EREsp n. 1539725/DF, firmou entendimento de que a majoração da verba honorária, na forma do art. 85, § 11, do CPC/15, somente é devida quando, dentre outros requisitos, houver condenação desde a origem no feito em que interposto o recurso - o que não ocorre no caso, visto que não foram anteriormente fixados honorários de advogado, em face da sucumbência recíproca.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.351.087/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 3/6/2019).

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial e, ainda, deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, visto que não houve a condenação ao pagamento de honorários na origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora